

ORIENTAÇÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO

contribuições para a reflexão de orientadores

2ª. Edição

Interação Comunicação Redação Mediação Pesquisa Planejamento Autonomia

Renata Cristina Oliveira Barrichelo Cunha
Daiane Aparecida Fausto
José Eurico Possebon Cyrino
Organizadores



9 786586 664737

ORIENTAÇÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO CONTRIBUIÇÕES PARA A REFLEXÃO DE ORIENTADORES - 2ª. Edição



2ª. EDIÇÃO

ORGANIZADORES

Renata Cristina Oliveira Barrichelo Cunha

Daiane Aparecida Fausto

José Eurico Possebon Cyrino

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Rodrigo Iwata Fujiwara

Edson Pereira da Mota

Felipe Mussarelli

Ana Paula Mendes Vidal de Negreiros

REVISÃO

Fernanda Latanze Mendes Rodrigues

Layane Rodrigues Vieira

C972o

Cunha, Renata Cristina Oliveira Barrichelo.

Orientação na pós-graduação: contribuições para a reflexão de orientadores / Renata Cristina Oliveira Barrichelo Cunha, Daiane Aparecida Fausto, José Eurico Possebon Cyrino (organizadores). - 2. ed. rev. - Piracicaba, SP : Editora PECEGE, 2021.

ISBN: 978-65-86664-73-7

1. Formação de professores. 2. Educação a distância (EaD). 3. Ética. 4. Comunicação. I. Daiane Aparecida Fausto. II. José Eurico Possebon Cyrino. III. Título.

CDD: 370.71

Ficha catalográfica elaborada por Felipe Mussarelli CRB 9935/8

Sumário

Prefácio da 2ª edição	10
Prefácio da 1ª edição	12
Introdução	14

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: histórico no Brasil e elementos para discussão 20

Maria Angélica Penatti Pipitone

Histórico e Legislação	20
Educação a distância e as mudanças nos paradigmas educacionais....	25
O professor e a ação docente na educação a distância	27
A educação a distância e o aprendiz virtual	31
Cursos a distância: aspectos fundamentais	32
Referências	37

PEDAGOGIA UNIVERSITÁRIA E O CONTEXTO DE EAD: interfaces na educação, orientação e a problemática na comunicação 40

Maria Antonia Ramos de Azevedo, Marcelo Teodoro

Catuzzo e Ligia Bueno Zangali Carrasco

Introdução	40
Pedagogia Universitária	42
Comunicação Social.....	50
Educação a distância e orientação	54
Discussão	56
Referências	61

7

AS CONTRIBUIÇÕES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU PARA O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E ORGANIZACIONAL NA REALIDADE BRASILEIRA: uma reflexão do ponto de vista econômico

Ricardo Harbs

Parece haver um consenso quanto ao fato de que a educação é essencial para o crescimento econômico de um país, mas nem sempre foi assim. A princípio, a teoria econômica enfatizava somente os fatores de produção: recursos naturais como terras agricultáveis, capital físico e mão de obra, independentemente de sua qualificação. Nada mais natural. Na era industrial, em que a linha de produção havia substituído as corporações de ofício (constituídas por artesãos, responsáveis por todo o processo de produção), os trabalhadores transformaram-se em meras engrenagens e peças de um mecanismo complexo, que estava muito além de sua compreensão e de sua rotina de movimentos repetitivos (Huberman, 1983).

É possível que Solow (1956) tenha sido o primeiro economista a lançar luz sobre a importância da educação, ainda que essa variável não tenha sido incorporada, de forma explícita, em sua função de produção. No raciocínio delineado pelo autor, a produção de bens e serviços poderia ser intensificada pelo “progresso tecnológico”, que correspondia ao desenvolvimento em termos de inovações e de novas formas de organização do trabalho. Mas quais seriam os

fatores subjacentes ao progresso tecnológico? Em resposta a essa pergunta, autores como Mincer (1958) e Schultz (1964) desenvolveram a teoria do capital humano.

A princípio, Mincer (1958) observou que as diferenças entre as rendas auferidas pelos trabalhadores poderiam ser explicadas, ao menos em parte, pelo investimento com a aquisição de novos conhecimentos e informações sobre técnicas de produção. Assim, caberia a cada indivíduo decidir sobre o investimento a ser realizado em capital humano, tendo em vista a probabilidade de receber, no futuro, uma remuneração relativamente maior.

De acordo com Schultz (1964), havia uma clara relação entre a educação formal, realizada através do método de ensino e aprendizagem, e o aumento da produtividade do trabalho. Entretanto, o autor estabeleceu uma distinção entre a “instrução” e a “educação” propriamente dita. Para Schultz (1964), a instrução correspondia à aquisição de conhecimentos de forma passiva, sendo realizada principalmente nas escolas de nível primário e secundário. A educação, em contrapartida, envolvia necessariamente um componente de pesquisa, sendo caracterizada pela geração de novos conhecimentos e pela solução de questões relevantes para a sociedade. Esse ponto de vista é interessante, sugerindo que o processo educacional somente se concretiza quando os indivíduos têm, efetivamente, a oportunidade de aplicação do aprendizado.

Recentemente, a educação deixou de ser vista somente como um meio para o aumento da produtividade e, conseqüentemente, dos lucros auferidos pelas organizações de determinada região ou país. Nesse sentido, o economista e filósofo Amartya Sen proporcionou importantes contribuições. Sob a perspectiva de Sen (2000), o desenvolvimento econômico não pode ser mensurado apenas de forma quantitativa e unidimensional, levando-se em conta o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, por exemplo. Embora essa última variável seja, sem dúvida, de grande importância, o desenvolvimento é um processo abrangente, que envolve a redução das privações e a expansão das liberdades

individuais. Ao promover a igualdade de oportunidades entre os agentes, a educação é um poderoso instrumento a serviço do desenvolvimento em seu sentido mais amplo (como liberdade).

Com base na discussão realizada até o momento, podemos nos questionar sobre o que tem sido feito, efetivamente, para ampliar o “estoque” de capital humano em nosso país. Quantos talentos foram sacrificados, ou simplesmente não se desenvolveram em função de fatores econômicos que dificultam o acesso à educação de qualidade no Brasil? No passado, a própria distância geográfica constituía um obstáculo considerável. Ademais, a fragilidade do ensino fundamental, observada em grande parte das escolas municipais e estaduais, dificulta o ingresso em universidades públicas, restringindo as oportunidades daqueles que mais precisam de formação. Por não contarem com outros meios além de sua própria disposição e capacidade de trabalho, os menos favorecidos são aqueles que mais têm a ganhar com a difusão do conhecimento.

Quando as restrições supracitadas não inviabilizam o projeto pessoal, e o indivíduo – contra todas as probabilidades – prossegue com sua formação, geralmente isso é feito através de grande sacrifício, que se materializa no afastamento dos familiares e toda a sorte de privação. A escolha entre uma educação de qualidade e as necessidades mais imediatas do cotidiano – como alimentação, moradia e bem-estar dos familiares – é um dilema que pode ir além do período de graduação, acompanhando os indivíduos ao longo de suas vidas profissionais. Invariavelmente, a ascensão nas organizações está associada à formação e ao uso de ferramentas de gestão, disseminados através dos cursos de pós-graduação *lato sensu* como as especializações e os cursos de “Master of Business Administration” (MBA).

Nesses cursos, de modo geral, o conteúdo programático não se restringe à parte técnica, abrangendo aspectos como relacionamento e ética, que são fundamentais para a credibilidade e produtividade do trabalho. Assim, os cursos de pós-graduação

lato sensu se configuram como canais para a difusão de posturas adequadas, típicas de líderes e de profissionais de alta performance. Com o decorrer das aulas, de forma gradual e quase imperceptível, algo muito interessante vai acontecendo: as ideias e métodos inovadores, anteriormente confinados nas universidades e em poucos centros de excelência, vão sendo incorporados às rotinas das organizações. Através do contato com os docentes e com os colegas de turma, observa-se o fortalecimento do que Kliksberg (1999) chamou de “capital social”, que pode ser identificado como a propensão à associação e ao compartilhamento de recursos e de informações.

Essa transformação não é unidirecional (somente da instituição de ensino para a sociedade), mas a própria instituição de ensino, representada pelo seu corpo docente e administrativo, sofre uma metamorfose, tornando-se a cada dia mais engajada e ciente de seu papel em relação às necessidades dos demais (famílias, empresas, órgãos governamentais, entre outros). Para tanto, independentemente da modalidade de ensino (presencial, semipresencial ou a distância), a instituição de ensino deve contar com mecanismos adequados de interação e de feedback por parte de alunos e de docentes.

Ao contrário do que se pode esperar, os cursos de especialização e de MBA não se limitam ao universo de colaboradores e gestores das organizações. Quando se considera a perspectiva de um empreendedor, certos conhecimentos podem fazer a diferença entre a perenidade e o fim prematuro de um negócio. Nesse último caso, um sonho longamente acalentado, mas colocado em prática sem o devido planejamento e reflexão, acaba se revelando incompatível com a realidade do mercado. As consequências do fracasso têm ampla repercussão, atingindo não somente as vidas dos empresários e de seus familiares, como também as atividades das demais empresas e indivíduos que integram a cadeia de valor, como fornecedores, investidores e credores, por exemplo.

É nesse contexto que a educação a distância surge como uma poderosa ferramenta para a difusão da educação, reduzindo

as disparidades regionais. A transmissão de informações e o uso de modernas técnicas de comunicação, incorporadas aos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), fazem parte de um movimento que está revolucionando o processo de ensino e aprendizagem. Trata-se de uma tecnologia disruptiva, superando distâncias e diferenças socioeconômicas que, até a pouco tempo, eram consideradas praticamente intransponíveis.

Para garantir a qualidade da educação a distância, é fundamental que os alunos tenham a possibilidade de acompanhar as aulas em tempo real, dispondo de ferramentas de interação com os docentes e colegas de turma que, eventualmente, se encontram em outras regiões e até mesmo em outros países. Ao mesmo tempo, a instituição de ensino deve contar com uma estrutura eficiente de acompanhamento acadêmico, que considere a evolução do aluno desde seu ingresso, passando pelo desempenho em termos de frequência e de notas obtidas em avaliações, até a conclusão do curso. Apesar de sua simplicidade, o contato frequente com os alunos atua no sentido de reduzir a distância transacional, típica de cursos a distância, com um impacto positivo em termos de desempenho acadêmico e redução da evasão.

Retomando as ideias preconizadas por Schultz (1964), parece muito importante que os alunos de pós-graduação *lato sensu* tenham a oportunidade de fixar, por assim dizer, os conceitos e métodos aprendidos durante o curso. Em geral, esse objetivo pode ser atingido através de uma atividade ou trabalho individual de caráter aplicado. Nos cursos de MBA ministrados sob a égide da Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, os trabalhos de conclusão de curso devem ter aderência às disciplinas realizadas, o que significa que os alunos devem ser capazes de identificar um tema relevante, de preferência que esteja relacionado à sua realidade profissional ou esfera de atuação. Além disso, para que o processo seja concluído com êxito, é fundamental que o aluno utilize uma ou mais ferramentas de análise apresentadas ao longo do curso.

Para que atenda à sua finalidade, a pesquisa acadêmica – inclusive a de caráter aplicado – deve ser clara, objetiva e passível de reprodução por outros autores. Isso significa que o trabalho de conclusão deve ser realizado dentro de padrões que abrangem não apenas características de estilo, estrutura e forma (estipuladas pela instituição de ensino), como também questões éticas e metodológicas que são imprescindíveis para a credibilidade da pesquisa.

O problema é que muitos dos alunos de pós-graduação *lato sensu*, apesar de conhecerem a fundo as realidades de suas organizações, possuem pouca ou nenhuma familiaridade com o universo da pesquisa científica. Sem embargo, a superação desse hiato requer que os alunos sejam capacitados por meio de aulas e de material específico sobre o desenvolvimento de trabalhos científicos. Mais que isso, a elaboração do trabalho (ou monografia) deve ser acompanhada por um profissional experiente, que seja capaz de transitar entre a realidade do aluno e o contexto da pesquisa científica, guiando-o ao longo de todo o processo. Esse profissional, também conhecido como **orientador**, cabe a importante tarefa de avaliar a coerência do trabalho, observando se os seus resultados e conclusões (ou considerações finais) atendem aos objetivos propostos na introdução. Além disso, as atribuições do orientador incluem atividades como: a cuidadosa revisão do texto; a avaliação quanto à adequação do método e sua correta aplicação; a identificação de eventuais lacunas, que possam comprometer a reprodução da pesquisa por terceiros; a realização de ajustes na estrutura do trabalho; e a análise de sua adequação às normas estipuladas pela instituição de ensino, entre outras.

Longe de ser apenas um desafio ou obstáculo, a elaboração de uma monografia consiste em uma oportunidade única e valiosa, permitindo a agregação de valor e a transposição de técnicas e conceitos, difundidos na universidade, para o ambiente de negócios e demais organizações que permeiam a sociedade. Para consecução dessa tarefa, naturalmente, as instituições de ensino têm o dever de preparar e designar um **orientador** que tenha

não somente afinidade com o tema escolhido pelo aluno, como também disponibilidade de tempo e, acima de tudo, boa disposição para acompanhá-lo ao longo dessa jornada.

Referências

- Huberman, L. 1983. História da riqueza do homem. 19ed. Zahar Editores, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Klikberg, B. 1999. Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo. Revista de la CEPAL, 69: 85-102.
- Mincer, J. 1958. Investment in human capital and personal income distribution. Journal of Political Economy, LXVI(4): 281-302.
- Schultz, T.W. 1964. O valor econômico da educação. Zahar Editores, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Sen, A. 2000. Desenvolvimento como liberdade. Editora Schwarcz, São Paulo, SP, Brasil.
- Solow, R.M. 1956. A Contribution to the Theory of Economic Growth. Quaterly Journal of Economics, 70(1): 65-94.